

Joanna Carolo Senandes - PUCRS

E-Participação como resposta aos vazios institucionais: uma visão multidimensional

Resumo

O objetivo deste estudo foi realizar um levantamento bibliográfico das publicações científicas sobre teoria institucional, e-Participação e “vazios institucionais”. O segundo passo foi relacionar a e-Participação com os “vazios institucionais” tendo a seguinte questão de pesquisa: se a e-Participação pode preencher os “vazios institucionais” e qual o seu potencial? Com o surgimento e a ampliação das plataformas eletrônicas, os coletivos/ações sociais ganharam força na sociedade promovendo inovação e participação social. Vivemos em uma rede de fluxos, a distância geográfica deixou de ser uma barreira social. Com os sistemas de trabalho e a integração social em redes, o tempo se tornou mais flexível, os lugares se tornaram singulares à medida que as pessoas circulam entre eles em um padrão cada vez mais móvel. A metodologia adotada foi a realização de pesquisas em bancos de dados Web of Science e Scielo. Através das análises dos artigos, foi possível identificar que a e-Participação preenche os vazios institucionais por meio de ações e coletivos culturais, sociais e políticos e possuem potencial para preencher os “vazios institucionais”.

Palavras-chave: E-participação; Teoria institucional; Vazios institucionais.

E-participation as response to institutional voids: a multidimensional view

Abstract

The aim of this study was to conduct a literature review of scientific publications on: institutional theory, e-Participation and “institutional voids”. The second step was to relate e- participation to “institutional voids” with the following research question: if e-participation can fill “institutional voids” and what is the potential for e-participation to fill “institutional voids”? With the emergence and expansion of electronic platforms, social collectives / actions gained strength in society promoting innovation and social participation. We live in a network of flows, geographical distance is no longer a social barrier. With work systems and social networking, time has become more flexible, places become unique as people circulate among them in an increasingly mobile pattern. The methodology adopted was database searches: Web of Science and Scielo. Through the analysis of the articles it was possible to identify that e-participation fills the entitlement gaps through cultural, social and political actions and collectives and have the potential to fill the “institutional voids”.

Keywords: E-participation; Institutional theory; Institutional voids.

1 Introdução

Este trabalho aborda a temática da e-Participação como possibilidade de preenchimento dos “vazios institucionais” e a sua potencialidade em preenche-los. Na atualidade, o tema de e- participação eletrônica é considerado bem relevante e essencial, a e-Participação diz respeito aos processos democráticos mediados pela tecnologia, tendo como principal objetivo o desenvolvimento tecnológico, a justiça social e a criação de governos eficientes. Apesar de mais de uma década de implementação de iniciativas de participação eletrônica, os estudos sobre e-Participação acabaram sendo limitados. Porwol, Ojo e Breslin (2016) apresentaram uma ontologia acadêmica de participação eletrônica. Os resultados dessa ontologia reforçam que e- participação é um processo democrático, de iniciativas e de um sistema sociotécnico.

A teoria institucional estuda a estrutura dos processos, na qual estão presentes normas, regras e rotinas. A teoria institucional representa um modelo ideal de organização com controle, leis e regulação de mercados, sendo mais aplicada em países desenvolvidos, como os Estados Unidos. Os “vazios institucionais” surgem dessa lacuna que ocorre a partir da omissão e falhas do Estado. Segundo Khanna e Palepu (2000), a falta de intermediários como: analistas financeiros, fundos de investimentos, banqueiros, capitalistas de risco e uma imprensa financeira abriu espaço para os “vazios institucionais”. North (1991) têm uma visão mais econômica, em que as instituições eficientes são aquelas que resolvem conflitos e problemas com baixo custo de transação (SCHRAMMEL, 2013).

Mair e Marti (2009) ampliaram o conceito de North (1991), analisando o mercado como uma estrutura, um sistema social especializado que necessita de regras para o funcionamento das instituições e organizações. Quando isso não acontece e o mercado não é regulado, estes países em desenvolvimento enfrentam muitas desigualdades sociais, com altas taxas de pobreza, problemas sociais e impossibilidade de alguns cidadãos acessarem serviços de sua necessidade como, saúde, educação, emprego, participação eletrônica, participação na política, etc.

O tempo e o espaço estão sendo transformados sob os efeitos combinados do paradigma da tecnologia da informação. Esta nova lógica Castells (2009) chama de “espaços de fluxos”. Pela integração social em redes o tempo fica mais flexível, as pessoas circulam entre os lugares em um padrão cada vez mais móvel. O espaço geográfico não é mais impedimento para os indivíduos participarem das decisões políticas.

Neste contexto, segundo Silva Junior e Poli (2019), surgem como a grande inovação os coletivos/ações culturais, sociais e políticas sendo organizações caracterizadas por serem descentralizadas, flexíveis, autogeridas e situacionais. Portanto, existe uma relação bem sutil, mas presente, entre e-Participação e “vazios institucionais” que será discutida no texto.

A estrutura do trabalho está dividida da seguinte maneira na seção 2 encontra-se o método. Em seguida, na seção 3, aborda-se a revisão da literatura, na qual serão discutidos o tema de teoria institucional, “vazios institucionais” e e-Participação. Na seção 4, as considerações finais e, por fim, na seção 5 será oferecida uma agenda de pesquisas futuras.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria Institucional

A teoria institucional teve o seu resgate em 1970 nas Ciências Sociais, como é enfatizada por diversos autores como Powell e DiMaggio (2012). Segundo Scott (2013), a década de 1970 foi considerada como o “novo institucionalismo” relacionada a elementos cognitivos, defendendo as ideias de Durkheim e os etnometodologias como Garfinkel (1967) e Zucker (1997). Os elementos cognitivos representam a “escolha de força” de um elemento sobre outro (MEYER, 1977).

No entanto, suas origens estão no século XIX no contexto das discussões na Alemanha sobre o uso de métodos científicos. Seus precursores institucionalistas foram economistas Thorstein Veblen, John Commons e Westley Mitchel, e sociólogos como Emile Durkheim e Max Weber. Eles acreditavam na ênfase da racionalidade, da mudança e de estudos empíricos (DE CARVALHO; VIEIRA; DIAS, 1999).

Scott (2013), define a teoria institucional como a estrutura que atende a aspectos mais profundos da estrutura social. A teoria institucional estuda as estruturas dos processos na qual estão presentes esquemas, normas, regras e rotinas. Para Powell e DiMaggio (2012), a teoria institucional demonstra um mundo diversificado e diferente das organizações mais preocupada em entender as estruturas e os comportamentos.

De acordo com Carvalho, Vieira e Goulart (2005), a teoria institucional vem demonstrando interesse em diversas áreas como ciência política, economia e sociologia, muito relacionada com a vontade de compreender as instituições. Ou seja, a teoria institucional possui o potencial de desvendar compreensões alternativas e úteis para a concepção da realidade social.

Segundo Chanlat (1989), a questão institucional evoluiu para três orientações: uma econômica, outra política e a última sociológica., descritas a seguir:

- a) Orientação econômica: o objetivo desta corrente é compreender como as instituições de mercado (capitalismo) não respondem a uma posição central;
- b) Orientação sociológica: a ideia principal é que ordem social é uma construção da mente humana resultado de uma interação simbólica, este pensamento foi inspirado pelos pensadores como Schutz, Berger e Luckmann;

- c) Orientação política também teve novas de perspectivas. Em oposição aos projetos tradicionais na orientação política, possui novas tendências apresentando tais ideias 1) maiores instituições políticas em oposição à sociedade; 2) sistemas políticos complexos; 3) representações simbólicas do papel central do mundo político (CHANLAT, 1989).

A perspectiva mais utilizada da teoria institucional ainda é a sociológica a qual oferece elementos simbólicos-normativos e abre possibilidades para estudos empíricos sua contribuição apresenta a dimensão do ambiente e as relações interorganizacionais (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005).

Scott (2013) foi além da definição de North (1991) e criou os três pilares dos elementos institucionais: o regulador, o normativo e o cognitivo. Os elementos de caráter regulador operam como um sistema de normas e sistemas cultural-cognitiva, portanto, no controle direto dos colaboradores. A versão reguladora institucional está desenhada para uma realidade organizacional mais conservadora, mais próxima ao modelo taylorista. Sob esta versão se volta à ideia do indivíduo motivado para atender seus próprios interesses. E a perspectiva cognitiva, a terceira visão da perspectiva institucional, predominante entre o novo institucionalíssimo, põe em evidência os elementos cognitivos das instituições. Entre esses elementos estão segundo Scott (2013, p. 40): “as normas que constituem a natureza da realidade e o arcabouço através do qual os significados são construídos”.

O que o pilar cognitivo da teoria institucional propõe é que, ademais das condições objetivas, sejam valorizadas também as interpretações subjetivas das ações, somando as representações que os indivíduos fazem de seus ambientes configurados de suas ações. Voltamos deste modo à questão central proposta por Weber com respeito à importância dos símbolos e significados: a dimensão subjetiva da realidade social (DE CARVALHO; VIEIRA, DIAS, 1999).

No contexto brasileiro, a teoria institucional vem demonstrando um alto potencial de aplicação em estudos empíricos, desde da década de 80 em várias regiões do país. No entanto, tudo converge para o uso de isomorfismo (CARVALHO; GOULART, 2003) para estratégias de legitimação utilizadas pelas organizações de vários setores e, com menor ênfase, para processos de institucionalização de campos organizacionais.

Isomorfismo trata da questão da homogeneidade das estruturas e das organizações o que tem aumentado o interesse pelo tema, o qual aborda o problema da procura de legitimidade e da similitude das organizações. As estruturas formais são reflexos das normas e valores das instituições, nas quais o ambiente pressiona para uma atitude isomorfismo em contraponto às instituições sociais. Parte de uma perspectiva diferente do isomorfismo do modelo populacional, na qual as organizações são influenciadas por pressões e normas dos estudos e de outros mecanismos reguladores. Então, as organizações procuram adequar suas estruturas e processos para serem isomórficos parecidas ou iguais contando com as expectativas do contexto (DE CARVALHO; VIEIRA; DIAS, 1999).

O processo de isomorfismo pode ser desenvolvido através de mecanismos coercitivos, miméticos ou normativos. A teoria institucional possui uma relação com as redes, ela ajuda a desvendar o funcionamento e a evolução da sociedade organizacional A teoria institucional é um campo de investigação e pesquisa de estudos organizacionais (CARVALHO; GOULART, 2003). Buscaram-se na literatura, teorias institucionais que explicassem o fenômeno da observação não pela ação, mas pela omissão de instituições, ou seja, quando instituições não cumprem o papel que delas se espera. Nessa revisão, encontrou-se o termo vazios institucionais que se apoia na teoria institucional (AGOSTINI; VIEIRA; BOSSLE, 2016)

2.2 Vazios Institucionais

Os estudos vistos na seção anterior (teoria institucional) são tradicionalmente aplicados nos Estados Unidos em mercados desenvolvidos em que não ocorrem problemas de regulação, controle e governança, na qual operam bem as normas e regras do mercado. É diferente em países em desenvolvimento, nas quais os mercados são emergentes. O termo “vazios institucionais” surgiu com o estudo de caso de Khanna e Palepu (2000), eles estudaram grupos de negócios emergentes no Chile de 1988 a 1996. O Chile possuía uma fraca governança, e uma inadequada divulgação dos mercados, além disso, uma falta de intermediários, por exemplo, analistas financeiros, fundos de investimentos, banqueiros, capitalistas de risco e uma imprensa financeira. Para preencher alguns destes vazios institucionais, Khanna e Palepu (2000) enfatizaram que a falta de controle de intermediários abre possibilidades para os vazios institucionais, e que alguns destes intermediários citados podem preencher tais lacunas em mercados emergentes e imperfeitos. As citações de Khanna e Palepu (2000) ainda são poucas e escassas, os pesquisadores citam mais os conceitos de North (1991) que possuem uma visão mais econômica, ou seja, as instituições eficientes são aquelas que resolvem conflitos e problemas e com baixo custo de transação (SCHRAMMEL, 2013).

Para Schrammel (2013) que estudou por três anos políticas públicas e gerenciamento de um cluster. Ele é um dos que citam a definição de instituição de North (1991) em que instituições determinam o desempenho e, portanto, o segredo para o sucesso é ter instituições eficientes que resolvam problemas e os custos de transação sejam baixos e flexíveis, além de as instituições serem eficientes e consigam incluir em seus negócios incentivos de criação de valor de propriedade. Usando este raciocínio, quando os custos de transações se configuram em ambiente de contextos institucionais menos eficientes, os custos são mais altos, pois não possuem restrições, regulamentação e, portanto, as instituições acabam sendo substituídas por negócios informais. No entanto, estes custos de transação acabam sendo mais altos e menos eficientes.

Os estudos de North (1991) representam os conceitos de instituições insuficientes e são a base de um conceito macroeconômico. Richart *et al.* (2004) transformou o conceito de vazios institucionais para um nível microeconômico. Ocorrem vazios institucionais quando os intermediários estão ineficientes ou ausentes. “[...] intermediário é um agente econômico que compra de fornecedores para revenda a compradores ou que ajuda compradores e vendedores a conhecer e negociar” (SCHRAMMEL, 2013, p. 135). Portanto, intermediários seriam atores econômicos que estão lado a lado de outros atores para auxiliar nas transações. De acordo com Richart *et al.* (2004) é mais preciso intermediários como “entidades econômicas que se inserem entre um comprador em potencial e um vendedor em potencial, na tentativa de trazê-los para junto, reduzindo os custos de transação em potencial” (RICHART *et al.*, 2004).

Richart *et al.* (2004) apresentam três exemplos de intermediários: (1) um gerente, (2) alguém que fornece informações especializadas e (3) um intermediário que facilita a busca de parceiros comerciais (RICHART *et al.*, 2004). Khanna e Palepu (2000) mencionam mais duas funções de intermediários para (4) provisão de capital e (5) busca de talentos.

Mair e Marti (2009) ampliaram o conceito de North (1991) analisando o mercado como uma estrutura de um sistema social especializado que necessita de regras para o funcionamento das instituições e organizações. Principalmente, nos países em

desenvolvimento com altas taxas de pobreza e desigualdades, os mercados nestes países apresentam-se ausentes ou fracos. Para tais autores quem deveria suprir as demandas da sociedade é o Estado ou então a iniciativa privada. No entanto, a iniciativa privada está interessada na geração de valor, depois que os negócios e as instituições não geram mais valor ou lucro, a iniciativa privada abandona tais instituições. Para os autores, os vazios institucionais estão relacionados a mercados emergentes e imperfeitos, contudo isso não impossibilita que em economias desenvolvidas haja vazios institucionais. Porque vazios institucionais representam variações na eficácia das instituições. De acordo com Puffer, McCarthy e Boisot (2010), que estudou mercados emergentes na Rússia, ele é necessário uma agenda de pesquisa para entender os motivos de falhas institucionais tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento.

Mair e Marti (2009) questionam-se o que acontece se o Estado que é provedor de garantiam o funcionamento e o desenvolvimento está imerso em corrupção? Mesmos em governos corruptos é o Estado o responsável por prover estas instituições. Acaba que alguns atores entram em cena tentando com suas iniciativas reunir-se e preencher estes vazios institucionais. Uma dessas tentativas pode ser a participação eletrônica na política. O tema sobre e-Participação será visto com mais aprofundamento na próxima seção.

2.3 e-Participação

A e-Participação eletrônica diz respeito aos processos democráticos mediados pela tecnologia da informação e comunicação, especificamente a internet. Seu objetivo é promover o desenvolvimento tecnológico, a fim de garantir a justiça social e governos eficientes. A democracia precisa de comunicações eficientes e de tomadas de decisões sobre questões políticas (HABERMAS; BENHABIB, 1996; VAN DIJK, 2006).

O termo e-Participação é um conceito formado por dois elementos: “e” e “participação”. Participação representa o sentido de participar, incluir-se em uma discussão ou, pode ser entendida no sentido de assumir, cumprir um papel, na tomada de decisão (presente na teoria da administração, economia e política). A participação envolve debates e discussões tendo muitas finalidades, por exemplo, se relaciona com temas como gestão participativa, economia participativa, participação comunitária, ação participativa e e-Participação. Apesar desses usos a participação está sempre associada com alguma forma de deliberação política ou, com alguma tomada de decisão. Ou seja, a participação possui duas dimensões, uma que pode ocorrer dentro do processo formal, exemplo disso é a votação e, outra que acontece fora, por exemplo, o ativismo político (SÆBØ; FLAK; SEIN, 2011).

O significado “e” na e-Participação possui relação com as disciplinas “e” de “e” *Business*, governo eletrônico e situa ao uso de nova tecnologia tanto de informação como de comunicação especificamente a Internet, com aplicação do uso da tecnologia e promove a capacidade de transformar ou mudar o processo de envolvimento do cidadão nos processos de deliberação e tomada de decisão (SÆBØ; FLAK; SEIN, 2011).

A e-Participação é um conceito difícil de definir e desafiador. Por ela abranger diferentes disciplinas em um ambiente social e político, o conceito tornou-se complexo. Os desafios do campo de e-Participação englobam, a amplitude do campo de pesquisa, projeto de pesquisa, design de tecnologia, resistência institucional, equidade e teoria. A e-Participação é um campo de estudo híbrido o que torna a pesquisa mais desafiadora. Esta relaciona-se com a teoria democrática, política, da comunicação e estudos de tecnologia. A área de pesquisa da e-

participação possui uma abordagem interdisciplinar. Os autores enfatizam que os fatores tanto técnico, sociais e políticos devem ser considerados para desenvolver aplicativos de participação eletrônica (MACINTOSH; COLEMAN; SCHNEEBERGER, 2009).

Para Porwol, Ojo e Breslin (2016), a literatura de e-Participação é fragmentada e pouco conclusiva. Portanto, eles apresentam uma ontologia (conceito filosófico e metafísico que trata sobre natureza, realidade e existência dos seres) de participação eletrônica ampla e formal podendo ser apresentada para prover ações de iniciativas de participação eletrônica ou, então, com o objetivo de melhorar a comunicação e a troca de informações.

A Figura 1 representa uma estrutura conceitual, na qual explica o espaço ontológico da participação e da estrutura integrada para a participação eletrônica. Para Yates e Orlikowski (2002), a Figura 1 especifica três perspectivas diferentes sobre a natureza da participação eletrônica. A perspectiva democrática, a perspectiva do projeto e a perspectiva da plataforma. Pepper (1942) identificou quatro diferentes visões adequadas do mundo: mecanismo, formulário, organismo e contextualíssimo. As visões de Pepper (1942) especificam os objetivos da e-Participação: organicismo que é a descrição de diversas entidades incluídas na realização de metas específicas da participação eletrônica, já as formas apresenta diferentes funções, processos e sistemas para criar resultados necessários para a participação eletrônica, a Figura 1 apresenta o espaço ontológico da participação eletrônica.

Figura 1 - Espaço ontológico da participação eletrônica



Fonte: Porwol, Ojo e Breslin (2016).

Governos podem promover uma melhor participação cidadã, melhorando a eficiência dos processos, nas quais os indivíduos aceitem melhorar a legitimidade política. Como, por exemplo, cidadãos, ONGs, e os grupos de pressão, os quais podem requerer participação com vista aos seus interesses. Exemplo de participação eletrônica: bate-papo, fóruns de discussão, sistema de votação eletrônica, suporte e apoio a decisões em grupos como os blogs. Portanto, esta relação de interesses de vários membros de participarem do acréscimo e da estrutura da tecnológica determinou em novos projetos de aplicação do emprego das TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para inserir a comunicação e a participação nos espaços políticos (BEKKERS, 2004; BEST; KRUEGER, 2005; CURWELL *et al.*, 2005).

Os ambientes de conversas e debates via internet formam um interessante objeto de pesquisa, pois criaram-se espaços e dimensões em que a comunicação se faz presente, assim com a participação e dinâmicas sociais (LUVIZOTTO, 2016). A participação pode ser definida como uma ação social coletiva que implica algumas particularidades como, estratégias de ação, organização, historicidade, ligações e identidades partilhadas. Essas particularidades relacionadas num projeto de sociedade movem os atores sociais a apropriar-se de ações coletivas e lidarem ativamente com os movimentos sociais e com dimensões de deliberação políticas em diversos contextos. Várias ações de caráter político e social alcançaram êxito por terem tido a internet como apoio, fazendo valer-se da arquitetura em rede para potencializar a informação e o debate com o foco no coletivo. Com a tecnologia aliada foi possível ir longe e promover os canais de comunicação (LUVIZOTTO, 2016).

Mendonça, Pereira e Filgueiras (2016) afirma que a capacidade da internet foi a de alcançar indivíduos que provavelmente não teriam acesso à política e as instituições formais da sociedade. Além disso, as pessoas não teriam esta vontade espontânea de participar de ativismo, de fóruns de discussões, de votação online, esta identidade construída pela internet transformou e facilitou o processo político democrático. Luvizotto (2016) reitera que as ações coletivas são saudáveis dentro do ambiente político e plural e essas ações destacam atores sociais que pressionam os políticos para o cumprimento dos direitos civis, políticos e sociais

presentes na Constituição Brasileira. Para a autora, isso representa o amadurecimento da nossa democracia.

Machado (2007) acredita que está mudança de paradigma das organizações e das ações dos coletivos sociais aconteceu por transformações no cenário político internacional, ou seja, a junção de forças relacionadas com o fim da “guerra fria” e a formação da união da cultura ocidental junto com o capitalismo fez surgir gradualmente os movimentos sociais como atores relevantes para os processos democráticos e de cidadania. A complexidade começa quando tenta-se entender a relação dos movimentos sociais com a identidade e sua participação. Peruzzo (2000) essas ações apresentam o surgimento de organizações coletivas que caracterizam identidades e estratégias de uma maior mobilização e comunicação. Para a autora, o usuário da internet não é mais um ser passivo e, sim um ser de conteúdo e participativo.

Para Valente e Mattar (2007), os espaços de colaboração via *Web* entre os participantes reiteram a cultura da criação de inteligência coletiva, ou a construção coletiva do conhecimento. As consequências da interação sobre comunidades podem levar a apoiar causas, debater temas individuais ou coletivos, mobilizar a opinião pública e ampliar o acesso das informações políticas e sociais. De acordo com Mendonça, Pereira e Filgueiras (2016), a ação política com a colaboração das tecnologias tornou o processo do sistema político mais acessível, rápido e barato. As redes que possuem esta visão de integração com os indivíduos acabam gerando a possibilidade de articulação e mobilização dos atores sociais dos mais diversificados níveis tanto locais como globais, alcançando uma ampla conexão da sociedade por meio das redes, segundo Schere-Warren (2006).

Numa democracia, para satisfazer os aspectos básicos de participação democrática deveriam estar presentes:

- a) um volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial;
- b) possibilidade, dada aos cidadãos, de acesso a debates políticos;
- c) meios e oportunidades de participação em instituições democráticas ou em grupos de pressão (BUCY; GREGON, 2001).

O cotidiano da utilização da informática como a internet, tanto para indivíduos como para grupos e comunidades, nos levará inevitavelmente àquela que chamamos de Sociedade da Informação. Isso é reflexo da sociedade da pós-revolução Industrial. A atividade de informática e Internet estende-se também para grupos, produzindo outros significados no contexto social. No entanto, sem um nível de autorreflexão, a internet pode oferecer riscos à sociedade (YOUSSEF; FERNANDEZ, 1988).

A necessidade de reflexão encontra-se na ocorrência de um grande controle social, a partir do controle das redes de comunicação e informação por parte de minorias que centralizam o poder e estabelecem verdadeiros poderes paralelos aos do Estado. Este poder do Estado pode trazer invasão de privacidade e controle social. Também é necessária uma reflexão ao nível de especialização em torno das exigências do mercado podendo acarretar em um alto grau de individualismo, tanto no nível profissional quanto nas relações sociais (YOUSSEF; FERNANDEZ, 1988).

3 Procedimentos Metodológicos

A fim de desenvolver uma estrutura para investigar a e-Participação como instrumento para superar os vazios institucionais, é apresentada uma revisão da literatura com as palavras teoria institucional, “vazios institucionais” e e-Participação. Para analisar esses problemas, iniciei identificando as palavras-chaves. Selecionei as palavras-chaves de acordo com a área de estudo, “teoria institucional”, “e-Participação” e “vazios institucionais”. O segundo passo foi procurar artigos em banco de dado internacionais e nacionais. O banco internacional utilizado foi *Web of Science* (WoS), produzido pelo *Institute Scientific Information* (ISI) e o banco nacional Scielo.

A pesquisa foi realizada em dezembro de 2019 , sendo refinada da seguinte forma palavras-chaves teoria institucional, “e-Participação ” e “ vazios institucionais”; em mais um refinamento nas categorias *Web of Science* (WoS), optei pelo domínio de pesquisa “ ciências sociais” na área de “governo e sociedade” porque este artigo visa contribuir para o campo de “governabilidade e sociedade”; optei por estudos do período de 1999 a 2019; outra opção para refinar os trabalhos foi o idioma optei pelo: Inglês e português.

As informações referentes as pesquisas realizadas estão apresentadas no Quadro 1, bem como o seu refinamento. Devido à quantidade de artigos, o critério para classificá-los foi o maior número de citações. Esse critério foi utilizado para a escolha dos artigos analisados na integra: os 6 artigos mais citados foram analisados em: 3 e-participação e 3 vazios institucionais. O Quadro 1 apresenta o nome dos periódicos pesquisados.

Quadro 1 - Base de dados utilizada na pesquisa

Base de dados	Web of Science Scielo	Web of Science Scielo	Web of Science Scielo
Data da pesquisa	02/2/2019	02/12/2019	02/02/12
Palavra-chave	Teoria institucional	Vazios institucionais	e-Participação
Resultado não refinado	755 documentos	350 documentos	255 documentos
Período	1999/2019	1990/2019	2007/2019
Pesquisar domínio	"Ciências Sociais"	"Ciências Sociais"	"Ciências Sociais"
Áreas de atuação	Economia e negócios	Economia e negócios	Economia e negócios
Tipo de documento	Artigos	Artigos	Artigos
Idioma	Inglês e Português	Inglês e Português	Inglês e Português
Artigos selecionados	68 documentos	53 documentos	30 artigos
Artigos analisados inteiramente	11 documentos (citados pelo menos 4 vezes)	08 documentos (citados pelo menos 4 vezes)	10 documentos (citados pelo menos 4 vezes)
Revistas	Revista Adm. Mackenzie; Academy of Management Journal; Journal of Economic	Revista Adm. Mackenzie; Journal of Business Venturing;	The University of Chicago Press; <i>Matrizes</i> ; Revista de Sociologia e Política; The University of

	<p>Perspectives; Revista de Administração Pública, RAP (2003);</p> <p>Revista de Administração Pública, RAP (2005);</p> <p>American Sociological Review; Sage Review; Entrepreneurship Theory and Practice; Sociologie du Travail;</p> <p>American Journal of Sociology</p> <p>Revista Crítica de Ciências Sociais</p>	<p>Journal of Economic Perspectives; Management Review; Management and Public Policy;</p> <p>Revista Comunicação e Sociedade; Entrepreneurship Theory and Practice; American Journal of Sociology</p> <p>Revista Crítica de Ciências Sociais</p>	<p>Chicago Press; Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia; Revista Comunicação e Sociedade Science Direct; Government information quarterly,</p> <p>Journal of international business studies Constellations. Acedemia.edu</p>
--	--	--	---

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Após a seleção dos textos, a autora fez uma leitura crítica dos artigos selecionados a revisão da literatura foi iniciada. Com base nessas referências, foi possível fazer uma revisão dos principais conceitos e questões de pesquisa.

4 Análise de Resultados

Este artigo observou o desenvolvimento de um referencial teórico para abranger a e-participação e vazios institucionais baseados na revisão da literatura. Primeiramente, os periódicos que contêm os artigos analisados foram distribuídos de acordo com a base de dados da qual cada um foi extraído. Evidencia-se que as bases Web of Science e Scielo apresentam ao todo 68 artigos selecionados e 11 artigos analisados inteiramente abordando a Teoria institucional. Os vazios institucionais apresentaram ao todo 53 artigos e 8 artigos analisados inteiramente e e-Participação 30 artigos sendo 10 analisados inteiramente. As razões para um número maior sobre a temática da teoria institucional são decorrentes do alto número de artigos na área de administração veiculados pela *Web of Science* e Scielo. O Quadro 2 apresenta a distribuição de bases e artigos no período definido.

Quadro 2 - Distribuição de bases e artigos no período de 1999 a 2019

Base	Tema	Artigos
Web of Science e Scielo	Teoria Institucional	11
Web of Science e Scielo	Vazios institucionais	08
Web of Science e Scielo	E-Participação	10

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

O segundo especto analisado diz respeito à abordagem das temáticas de teoria Institucional, vazios institucionais e e-Participação utilizadas nos estudos que compõem a pesquisa. Na abordagem, da teoria institucionais, os artigos foram divididos entre aqueles que fazem uso apenas do velho institucionalismo, somente do chamado neoinstitucionalismo, ou de ambas as abordagens. Já na abordagem dos vazios institucionais, os artigos foram divididos entre aqueles que possuem uma perspectiva econômica, outra perspectiva social ou ambas as abordagens. E por fim a abordagem da e-Participação foi dividida sobre a perspectiva da participação eletrônica por meio de plataformas, projetos e processos. Os resultados são mostrados no Quadro 3.

Quadro 3 - Tipos de abordagens das temáticas

Tema	Abordagem	Artigos
Teoria institucional	Velho Institucionalismo	05
	Neoinstitucionalismo	04
	Ambas as abordagens	03
Vazios institucionais	Perspectiva econômica	02
	Perspectiva social	04
	Ambas as abordagens	02
E-Participação	Perspectiva da participação eletrônica em plataformas	06
	Perspectiva da participação eletrônica em projeto	03
	Perspectiva da participação eletrônica em processo	02

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

4.1 Discussões dos Resultados

Pelo menor número de publicações e-participação representa um tema mais emergente que vazios institucionais e teoria institucional na literatura. Estudos sobre e-Participação precisam desenvolver um campo teórico mais robusto e conclusivo já os vazios institucionais precisam avançar na identificação de novas teorias. Sim, a-participação pode preencher os “vazios institucionais”, no entanto, seriam necessárias mais pesquisas interdisciplinares relacionando os dois temas, para expandir e promover *insights* para este campo de estudo.

A pesquisa no campo da e-Participação é segmentada e esparsa. Seria relevante os pesquisadores adotarem um único ponto de vista sobre o assunto, para evitar confusão com a ampla gama de disciplinas que estudam o mesmo tema. Primeiro passo é aceitar a ampla gama de disciplinas e procedimentos metodológicos, admitindo que a pesquisa interdisciplinar é desafiante. Entretanto, os conflitos com essa integração de disciplinas levam a melhores resultados para a ciência do que pesquisa com disciplinas isoladas (MACINTOSH; COLEMAN; SCHNEEBERGER, 2009). Mair e Marti (2009) acreditam que a área sobre estudos de “vazios institucionais” possui potencial para realização de pesquisas futuras, os autores buscam por meio de seus artigos trazer um novo ator para o desenvolvimento do campo de pesquisa: o empreendedor social e suas interações entre micro e macro instituições. Os autores esperam que pesquisas futuras sejam estimuladas, oferecendo insights para agências de desenvolvimento, políticos e empresas ou organizações sobre como combater as desigualdades sociais e a pobreza. Na teoria institucional foi constatado que ocorreram dois ápices da difusão inovadoras da teoria institucional nos anos de 1999 e 2009. A expectativa é

que ritmo de pesquisas sobre a teoria institucional continue em crescimento. O foco dos artigos selecionados vem sendo na área de finanças e na área de tecnologia da informação. Todavia, a teoria institucional continua sendo utilizada em temas abordados em períodos como relações interorganizacionais, cultura organizacional e estratégias organizacionais.

4 Considerações Finais

Qual o potencial da e-Participação para preencher os “vazios institucionais”. A *e-participação* pode preencher os “vazios institucionais”? Como foi definido por Khanna e Papelu (2000), “vazios institucionais” são omissões ou falhas do Estado causado pela falta de intermediários como analistas financeiros, mútuos fundos de investimentos, banqueiros, capitalistas de risco e imprensa financeira.

North (1991) possui uma visão mais econômica em que instituições precisam ser eficientes para resolverem problemas e os baixos custos de transação (SCHRAMMEL, 2013). Mari e Marti (2009) ampliaram o tema de “vazios institucionais” para eles o mercado é uma estrutura, um sistema especializado, o qual necessita de normas para o seu funcionamento e das suas instituições, principalmente em países com altas taxas de pobreza e economias emergentes.

Já com e-Participação significa que os processos democráticos são mediados pela tecnologia da informação via internet. Seu principal objetivo é criar desenvolvimento tecnológico, com a finalidade de garantir justiça social e governos mais eficientes. Logo, a democracia depende de comunicações eficientes e de tomadas de decisões sobre assuntos políticos (HABERMAS; BENHABIB, 1996; VAN DIJK, 2006). Participação entende-se como um conceito amplo podendo ser cultural, social ou política. A internet, assim como as redes interligadas as ações/coletivos culturais, sociais e políticos, podem preencher estes “vazios institucionais” esta falta de intermediários, de governança e aproximação da política com a sociedade (LUVIZOTTO, 2016). Os “vazios institucionais” podem ser preenchidos pela e-Participação. Preenchidos por meio de coletivos sociais, como, por exemplo, o empreendedorismo social, as Mídias alternativas (*The Intercept Brazil*, Mídia Ninja) e pelo ativismo social (LUVIZOTTO, 2016).

Coletivos culturais, por exemplo, a *CUFA* (Central Única das Favelas) tendo o *rapper MV Bill* como um dos fundadores, em que a ideia inicial era dar voz aos negros das favelas que eram invisíveis para a sociedade. Atualmente a *CUFA* concentra-se em ações sociais e já completou duas décadas de existência, tendo conquistado inúmeros prêmios nacionais e internacionais por suas ações na área de educação, do *grafite*, do *rap*, do *hip hop* entre outras ações sociais (LADRIERE, 1979). Entende-se por cultura um conjunto de instituições, considerando ao mesmo tempo o seu aspecto funcional e o aspecto normativo que exprime certa totalidade social. A cultura é a própria sociedade, em sua realidade objetiva, enquanto impõe aos indivíduos que dela fazem parte certo estilo de existência (LADRIERE, 1979).

Para Silva Junior e Poli (2019), coletivos políticos podem ser mediados pela internet, por exemplo, o cidadão pode pressionar políticos, influenciar na opinião pública, engajar-se e participar de discussões sobre negócios públicos. Um exemplo, de coletivo político é o Movimento Passe Livre, organizado pela central nacional de coletivos que reivindica tarifa zero para estudantes. Segundo Silva Junior e Poli (2019), os coletivos representam organizações que possuem características de serem autogeridas, descentralizadas, flexíveis e situacionais. Isso segundo a autora: significa uma grande inovação para a sociedade e para a

política. Para Santos (1991), os NMSs (Novos Movimentos Sociais) são na realidade os velhos movimentos como movimentos ecológicos, pacifistas, feministas do século XIX, ou são os portadores de reivindicações dos velhos movimentos sociais. Segundo Santos (1991, p. 188):

[...] a nova cidadania se constrói na obrigação política entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos. Valorizando o princípio da comunidade e, com ele, a ideia da igualdade sem mesmidade, a ideia de autonomia, e a ideia de solidariedade.

Segundo Castells (2009), a flexibilidade é um dos traços da sociedade em redes e sua emergência pela comunicação coletiva pressupõe a capacidade de reorganização do próprio sistema em redes. Assim, de acordo com Castells (2009, p. 487):

[...] as pessoas deslocam-se entre parques, *shopping centers*, estádios, escolas, locais de trabalho com uma mobilidade crescente, devido a flexibilidade conquistada pelos sistemas de trabalho e a integração social em redes: como o tempo fica mais flexível, os lugares tornam-se mais singulares à medida que as pessoas circulam entre eles num padrão cada vez mais móvel.

Para Luvizotto (2016), as gerações atuais exercem bastante influência por meio da internet. A grande articulação dos coletivos e ações sociais deu-se pela *Web 2.0* graças ao seu poder de articulação, apoio e reflexão das vontades políticas e sociais. A internet e as mídias sociais como estruturas de comunicação modificaram-se, elas não são mais unilaterais, agora elas são participativas e democráticas. Mesmo ainda com muitos problemas de acesso à internet criou a oportunidade de participação e interação entre os indivíduos.

A internet caracteriza-se por ser rápida, prática e sem fronteiras geográficas. Este cenário ampliou a participação dos grupos sociais e a possibilidade de manifestarem suas demandas políticas e sociais. Dentro desse contexto nasce o ativismo tendo espaço na internet e nas ações e coletivos sociais, podendo ser tanto *online* como *off-line*. A definição de ativismo significa tomar parte de uma ação com vistas a mudança social, ou seja, participar, discutir, deliberar e executar ações acreditando em ideias, causas ou ideologias. Esta ideia pode ser política, social ou identitário.

Logo, esta ideia poderá motivar uma ação ativista: como a causa ambientalista, feminista, o movimento negro, o ativismo jurídico etc. Para Mansbridge (2009), o conceito de ativista refere-se aos que participam da vida pública como um todo e não só em momentos eleitorais. Exemplo de ativismo é o da jovem sueca Greta Trunberg que cobra ações concretas do governo contra a crise climática, Greta começou protestando toda semana sozinha na frente do parlamento sueco. Ela conquistou o mundo com seu ato solitário que foi apoiado pelas redes sociais e seguido pelo mundo sob o nome de *Frydays for future* (MANSBRIDGE, 2009).

A tecnologia da informação foi aperfeiçoada democratizando o acesso à internet. A informação não se concentra mais na mídia de massa e, sim na necessidade de conteúdo, seleção e comunicação com o usuário. Alguns exemplos são ONGs, ações/coletivos sociais e ativistas que possuem a capacidade de propagar ideias, disponibilizando informação para

indivíduos a sua maneira. Exemplos: agências de notícias alternativas e independentes que foram criadas para contestar a imprensa tradicional, exemplos desse tipo de mídia são: Mídia Ninja, *The Intercept Brasil* e vários blogs e websites mais democráticos, incentivando a participação e discussão dos cidadãos (LUVIZOTTO, 2016). O Quadro 4 apresenta as ações e coletivos culturais, sociais e políticos.

Quadro 4 - Ações e coletivos culturais, sociais e políticos

Categoria	Significado	Autores	Fonte
Ações/ Coletivos/ Culturais	Projetos educacionais em escolas públicas; <i>Grafite; Rap; Hip hop;</i> CUFA (Central Únicas das Favelas) etc.	Ladriere, 1979 Junior e Poli, 2019	Ladriere (1979) Junior e Poli (2019)
Ações/ Coletivos Sociais	Empreendedorismo social; Ativismo social (Greta Trunberg); Mídias alternativas (Mídia Ninja, <i>The Intercept Brasil</i>) NMSs (Novos movimentos sociais) etc.	Luvizotto, 2016 Santos, 1991	Luvizotto (2016) Santos (1991)
Ações/ Coletivos Políticos	Participação em assembleia via internet; Participação em discussões de negócios públicos; Afiliação a partidos ou movimentos políticos etc.	Youssef e Fernandez, 1988 Bwkkers, 2004; Best e Krueger, 2005; Curwell <i>et al</i> , 2005	Youssef e Fernandez (1988) Bwkkers, (2004); Best e Krueger (2005); Curwell <i>et al</i> 2005

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

A internet tem gerado mudanças na sociedade que nos levam a considerar a suposição de uma sociedade focada na produção de valores informacionais, em oposição à sociedade industrial, baseada na produção de bens de consumo. Pensadores identificaram que o uso da internet nas nossas vidas está nos levando para um aprimoramento da democracia, na qual cada cidadão poderá se fazer representar diretamente nas decisões relativas à sua continuidade, utilizando redes que permitiram mais eficiência em discussões e assembleias. Outra previsão relaciona-se com a estrutura de grandes sistemas jurídicos de informações, que ampliarão a administração de legislações (YOUSSEF; FERNANDES, 1988).

A Internet possui algumas características estruturais e circunstanciais adequadas para melhorar a qualidade democrática das sociedades contemporâneas e desenvolver vantagens para o aumento da participação política. Todas as formas de ação política por parte da esfera política podem ser realizadas mediante a internet do contato, a pressão a políticos, participação em discussões sobre negócios públicos até a afiliação a partidos ou movimentos políticos (BUCHSTEIN, 1997). Teremos uma internet colaborativa, industrial, ainda maior, relacionando-se com uma internet pública e privada, com impactos políticos ainda a serem determinados. Provavelmente, a contraposição entre uma internet livre e a serviço da

liberdade e dos interesses públicos e particulares, de um lado, os velhos meios de comunicação em massa controlados a serviço do mercado, e do outro lado, perderá rapidamente sentido, podendo ser substituída por uma tipologia mais complexa e flexível. O autor salienta que a internet pode aumentar as desigualdades sociais, limitando poucas pessoas ao seu acesso (GOMES, 2005).

O artigo auxilia no avanço para o campo de inovação, tecnologia, coletivos sociais e culturais porque demonstra que a e-Participação por meio de ações conjuntas com movimentos sociais possui potencial para o preenchimento dos “vazios institucionais”. Seria relevante a criação de políticas públicas e parcerias com o setor público e a iniciativa privada. O artigo também apresenta uma reflexão acerca da perspectiva institucional e suas raízes ontológicas que deram origem a teoria institucional. Os dois objetivos de se abordar a teoria institucional foram reforçar a teoria por meio da conceituação teórica e refletir e compreender sobre suas particularidades institucionais e sociais no contexto brasileiro.

Referências

AGOSTINI, M. R.; VIEIRA, L.; BOSSLE, M. B. Social innovation as a process to overcome institutional voids: a multidimensional overview. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 72-101, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p72-101go>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BEKKERS, R. H. F. P. Giving and volunteering in the Netherlands: sociological and psychological perspectives. 2004. Tese (Doutorado em Medicina) - Utrecht University, Utrecht, 2004. Disponível em: <<https://dspace.library.uu.nl/handle/1874/8535>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BEST, S. J.; KRUEGER, B. S. Analyzing the representativeness of Internet political participation. **Political Behavior**, v. 27, n. 2, p. 183-216, 2005. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11109-005-3242-y>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BUCHSTEIN, H. Bytes that bite: the Internet and deliberative democracy. **Constellations**, v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-8675.00052>>. Acesso em: 02 set. 2019.

BUCY, E. P.; GREGSON, K. S. Media participation: a legitimizing mechanism of mass democracy. **New Media & Society**, v. 3, n. 3, p. 357-380, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177%2F1461444801003003006>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CARVALHO, C. A.; GOULART, S. Formalismo no processo de institucionalização das bibliotecas universitárias. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 4, p. 921-938, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6507>>. Acesso em: 03 set. 2019.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6790/5372>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

- CHANLAT, J.-F. L'analyse sociologique des organisations: un regard sur la production anglo-saxonne contemporaine (1970-1988). **Sociologie du Travail**, v. 31, n. 3, p. 381-400, 1989. Disponível <<https://www.jstor.org/stable/43149609?seq=1>>. Acesso em: 14 ago. 2019.
- CURWELL, S. et al. Citizens' expectations of information cities: implications for urban planning and design. **Building Research & Information**, v. 33, n. 1, p. 55-66, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/0961321042000329422>>. Acesso em: 14 set. 2019.
- DE CARVALHO, Cristina Amélia Pereira; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; DIAS, Fernando. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. **Anais...**, p. 1 citation_lastpage= 15, 1999.
- GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia**, n. 27, p. 58-78, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550183008.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- HABERMAS, J.; BENHABIB, S. **Three normative models of democracy**. Cambridge: MIT Press, 1996.
- KHANNA, T.; PALEPU, K. The future of business groups in emerging markets: long-run evidence from Chile. **Academy of Management Journal**, v. 43, n. 3, p. 268-285, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.5465/1556395>>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- LADRIERE, J. **Os desafios da racionalidade**: o desafio da ciência e da tecnologia às culturas. São Paulo: Vozes, 1979.
- LUVIZOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 296-312, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S2183-35752016000200010&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 14 ago. 2019.
- MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n. 18, p. 248-285, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222007000200012&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- MACINTOSH, A.; COLEMAN, S.; SCHNEEBERGER, A. eParticipation: the research gaps. In: MACINTOSH A.; TAMBOURIS E. (Eds.). **Electronic Participation**. ePart 2009. Lecture Notes in Computer Science. Berlin: Springer, 2009. p. 1-11. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-642-03781-8_1>. Acesso em: 02 set. 2019.
- MAIR, J.; MARTI, I. Entrepreneurship in and around institutional voids: a case study from Bangladesh. **Journal of Business Venturing**, v. 24, n. 5, p. 419-435, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2008.04.006>>. Acesso em: 14 ago. 2019.
- MANSBRIDGE, J. A "selection model" of political representation. **Journal of Political Philosophy**, v. 17, n. 4, p. 369-398, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2009.00337.x>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A.; FILGUEIRAS, F. (Eds.). **Democracia digital**: publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- MEYER, J. W. The effects of education as an institution. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 1, p. 55-77, 1977. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/226506>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991. Disponível em: <<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.5.1.97>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

PEPPER, S. C. **World hypotheses: a study in evidence**. Berkeley: Univ of California Press, 1942.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação e Sociedade**, v. 2, p. 651-668, 2000. Disponível em: <[https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1427](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1427)>. Acesso em: 14 set. 2019.

PORWOL, L.; OJO, A.; BRESLIN, J. G. An ontology for next generation e-Participation initiatives. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 583-594, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.giq.2016.01.007>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

PUFFER, S. M.; MCCARTHY, D. J.; BOISOT, M. Entrepreneurship in Russia and China: the impact of formal institutional voids. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 34, n. 3, p. 441-467, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111%2Fj.1540-6520.2009.00353.x>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RICHART, J. et al. New frontiers in international strategy. **Journal of International Business Studies**, v. 35, p. 175-200, 2004. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1057/palgrave.jibs.8400080>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SÆBØ, Ø.; FLAK, L. S.; SEIN, M. K. Understanding the dynamics in e-Participation initiatives: Looking through the genre and stakeholder lenses. **Government Information Quarterly**, v. 28, n. 3, p. 416-425, 2011. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740624X11000347>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SANTOS, B. S. Subjetividade, cidadania e emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 32, p. 135-191, 1991. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10802>>. Acesso em: 06 set. 2019.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SCHRAMMEL, T. Bridging the institutional void: An analytical concept to develop valuable cluster services. **Management Revue**, v. 24, n. 2, p. 114-132, 2013. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23610637?seq=1>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations: ideas, interests, and identities**. 4. ed. Washington: Sage, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=NbQgAQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 08 set. 2019.

SILVA JUNIOR, J. R.; POLI, K. O potencial das redes culturais: entrevista com Manuel Gama. **Revista Extraprensa**, v. 13, n. 1, p. 292-305, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/164988>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

VALENTE, C.; MATTAR, J. **Second Life e Web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias**. São Paulo: Novatec, 2007.

VAN DIJK, T. A. Discourse and manipulation. **Discourse & Society**, v. 17, n. 3, p. 359-383, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177%2F0957926506060250>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

YATES, J.; ORLIKOWSKI, W. Genre systems: structuring interaction through communicative norms. **International Journal of Business Communication**, v. 39, n. 1, p. 13-35, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177%2F002194360203900102>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

YOUSSEF, A.; FERNANDEZ, V. **Informática e sociedade**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1988.